

## REFLEXÕES SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICAS SOBRE O BRASIL À LUZ DAS ANÁLISES DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Autora Bruna Costa Silva do Nascimento; Co-autora Ingrid Pontes de Macedo; Orientadora  
Profa. Dra. Preciliana Barreto de Moraes

*Universidade Estadual do Ceará/bruh.bruni@gmail.com*  
*Universidade Estadual do Ceará/ingridpontesm@gmail.com*

**Resumo do artigo:** Este trabalho surgiu como proposta de encerramento da disciplina de Sociologia Brasileira do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no ano de 2017. O propósito da disciplina em questão era de compreender e discutir as análises de autores brasileiros acerca do que constituiu o Brasil, Brasil. Para tanto, uma das obras discutidas foi Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, a qual nos instigou a realizar estudos mais aprofundados acerca de suas análises e conceitos sobre o nosso país. Na obra Raízes do Brasil, escrita em 1936, o autor busca analisar a cultura brasileira, sua estrutura social e política a partir das raízes históricas nacionais. Uma visão inovadora que introduziu os conceitos de patrimonialismo e burocracia, explicando os novos tempos. O trabalho tem como propósito compreender os conceitos expostos no decorrer do livro, de modo a elaborar uma análise compreensiva, comparativa e crítica sobre a formação das identidades socioculturais e política brasileiras. Nos interessa também identificar a possibilidade de relacionar tais discussões com a presente conjuntura política nacional. Para tanto foi feito uma revisão literária da obra, seguida de uma análise de discurso e comparativa das discussões desenvolvidas no livro com casos ocorridos no cenário político brasileiro, casos esses que foram identificados nas matérias jornalísticas da revista Carta Capital entre os anos de 2013-2017. Reconhecemos que a obra foi-se construindo de forma a chegar ao conceito de ‘homem cordial’, conceito fundamental na compreensão do comportamento do homem brasileiro. Segundo o autor, esse homem emotivo e inclinado a orientar suas ações, predominantemente, por meio dos afetos e da personalidade, se configura como um dos aspectos principais de não termos uma democracia forte, baseada na racionalidade. Por fim, podemos perceber a riqueza conceitual da obra quando vemos a correlação dos anos de 1930 com o atual cenário de crise da democracia brasileira.

**Palavras-chave:** Cultura Brasileira, Homem Cordial, Democracia.

### Introdução

Este trabalho surgiu como proposta de encerramento da cadeira de Sociologia Brasileira do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no ano de 2017. O propósito da disciplina em questão era de compreender e discutir as análises de autores brasileiros acerca do que constituiu o Brasil, Brasil. Para tanto, uma das obras discutidas foi Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, a qual nos instigou a realizar estudos mais aprofundados sobre suas análises e conceitos.

Sérgio Buarque de Holanda, jornalista, sociólogo e historiador nascido em São Paulo e um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX se propõe na obra Raízes do Brasil, publicada em 1936, interpretar o país, sua estrutura social e política a partir das raízes históricas nacionais.

contato@joinbr.com.br

[www.joinbr.com.br](http://www.joinbr.com.br)

históricas nacionais. Uma visão inovadora que introduziu os conceitos de patrimonialismo e burocracia, explicando os novos tempos. Buscou na história colonial as origens dos problemas nacionais; descreveu o brasileiro como um “homem cordial”, característica que permitiu o domínio do personalismo e a ética do aventureiro em contraponto com a escravidão, fenômenos que desvalorizaram o trabalho. Na busca pela identidade nacional, Sérgio Buarque foi atrás do que poderíamos chamar de essência do homem brasileiro.

O trabalho tem como propósito compreender os conceitos expostos no decorrer do livro, de modo a elaborar uma análise compreensiva, comparativa e crítica sobre a formação das identidades socioculturais e política brasileiras. Nos interessa também identificar a possibilidade de relacionar tais discussões com a presente conjuntura política nacional.

## **Metodologia**

Como processo metodológico recorremos a análise de discurso a fim de compreender as construções teóricas disponibilizadas nos 7(sete) capítulos do livro e identificar as categorias presentes em cada uma delas. Nesse processo recorremos a autores como Michel Foucault (1987) e Maingueneau (2015). Em seguida, realizamos uma análise descritiva, comparativa e crítica das discussões do livro com situações do cenário político brasileiro atual, tendo como material de avaliação as matérias jornalísticas da revista Carta Capital entre os anos de 2013- 2017.

## **Uma breve avaliação dos capítulos**

### **1. Demarcações culturais e fronteiriças**

Nesse capítulo, o autor aborda inicialmente a implantação da cultura europeia no Brasil, ressaltando como este fenômeno repercutiu e influenciou em nosso convívio, nas instituições e nos ideais de país, mesmo ocorrendo em um ambiente desfavorável e hostil. Aponta que os países Ibéricos eram os que faziam fronteiras entre a Europa e o mundo através do mar. Espanha e Portugal permaneceram como países à margem da Europa, entretanto, por estarem localizados em uma zona de deslocamento marítimo privilegiado, desenvolveram as navegações das quais foram pioneiros, conseguindo após os descobrimentos ser incluídos entre os países com prestígio na Europa.

Os países Ibéricos não possuíam uma hierarquia feudal enraizada, por isso a burguesia mercantil se desenvolveu primeiro nesses países, instigando a autonomia e individualidade. Entretanto, aponta o ‘relaxamento organizacional’ como conduta

predominante nas instituições sociais de Portugal. Tal ‘maneira de ser’ teve grande influência na afirmação dos comportamentos no Brasil. Somando a isso, a ausência do princípio de hierarquia, a exaltação do prestígio pessoal e do privilégio, como também o incentivo da nobreza ao mérito individual reforçaram nas nossas terras o tradicional personalismo.

## **2. A condição humana entre o trabalho e a aventura**

Reconhecendo os portugueses como os primeiros a se lançarem no mar e ávidos para o desbravamento do Novo Mundo, Buarque aponta duas características contrastantes deste povo: o espírito empreendedor e ao mesmo tempo aventureiro. Para o aventureiro as fronteiras não existiam, compreende o mundo como vasto e aberto às explorações. Já o homem trabalhador/empreendedor vivenciava as dificuldades como experiências positivas. Agia pela ética da responsabilidade, medindo e pesando os fatos e as possíveis consequências. Com esses procedimentos construiu alguns juízos de valor sobre o aventureiro, vendo-o como um ser irresponsável e instável.

O português foi o povo que melhor se adaptou na América. Além do espírito aventureiro, outros fatores podem ser agregados a tal adaptabilidade: a facilidade das trocas sexuais entre eles e os nativos; os costumes e padrões de existência aparentemente não rigorosos e as condições climáticas favoráveis foram alguns deles.

No Nordeste, a qualidade satisfatória dos solos para a lavoura da cana-de-açúcar proporcionou a configuração de um cenário em que a organização agrária pôde proliferar. Neste contexto, a propriedade rural tornou-se uma unidade de produção por excelência. Entretanto, nem o português se propôs a trabalhar na terra, como também se verificou frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena. Tal fato resultou na inserção de escravos africanos nos trabalhos agrícolas. Pode dizer-se que a presença do negro representou fator preponderante no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. O autor ressalta, entretanto, que no primeiro momento o Brasil não se afirmou como civilização tipicamente agrícola devido a três fatores: o gênio aventureiro do português, a escassez da população e a falta de importância desta atividade para Portugal.

Nossos colonizadores de índole passiva aclimataram-se facilmente às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indelévels. Para Buarque, os portugueses já eram mestiços antes dos descobrimentos. Além disso, já conheciam a escravidão africana no seu país. O autor faz parecer que o preconceito com os negros era bem maior do que com os índios na época colonial, tanto que o trabalho se

caracterizou na submissão forçada do negro ao trabalho escravo. Sobre os colonos holandeses, o autor ressalta que esses não procuraram se fixar no Brasil devido ao seu modo de ser urbano ou quase liberal. O propósito deste povo era transformar o país numa extensão tropical da pátria europeia. Tal intuito não se concretizou ante a inaptidão que mostraram no cultivo de terras nas bases que lhe seriam naturais.

Sérgio Buarque de Holanda faz uma relação de contrastes entre uma ética protestante e uma ética católica, mais especificamente lusitana, e recorre ao livro clássico de Max Weber, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” a fim de entender nossa formação nacional, a influência da ética do trabalho e da ética da aventura na nossa construção mental e a relação destas éticas com o mercado. Aqui o autor encontra subsídios para uma discussão em torno de um *ethos* particular do capitalismo (mentalidade racional e comportamental) que não teria se inserido na colonização portuguesa. Mas como bem refletiu, a predominância da ética da aventura (ou capitalismo aventureiro) ou aversão ao trabalho sistemático dos portugueses e indígenas trouxe como consequência o uso extensivo da mão-de-obra escrava, que foi violentamente obrigada a assumir este papel. A escravidão do homem negro, arrancado da África, seguiu deixando marcas das mais variáveis e profundas na organização social e política moderna do país.

### **Ensaçando uma análise comparativa e crítica I**

O Brasil tem uma história marcada por quase quatro séculos de escravidão. O negro desprovido de liberdade não figurava sequer em nossa primeira Constituição (1824). É importante frisar que a abolição dos escravos em 1888 restringiu-se à libertação sem medidas complementares. Florestan Fernandes, na obra ‘A Integração do Negro da Sociedade de Classes’ denuncia que a desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre.

Todo esse processo histórico tem influenciado as nossas condutas. Podemos inclusive afirmar que nos dias atuais ainda estamos sofrendo as consequências da “aventura” portuguesa em nosso país. Dentre elas podemos destacar as decisões do governo com relação às conquistas trabalhistas. Vejamos o texto da revista Carta Capital publicada em 8 de março de 2017.

O termo “reforma” nem se quer é adequado para a proposta do governo Temer. O que se pretende é o fim da previdência pública, quase a sua destruição, na medida em que estão propostos pré-requisitos tão rígidos e descolados da realidade brasileira que, se

3322.3222  
contato@joinbr.com.br

**www.joinbr.com.br**



aprovada a proposta, a aposentadoria no Brasil passaria a ser uma ilusão, um alvo inatingível para a grande maioria da população. (...) para obter o benefício integral será exigido o mínimo de 49 anos de contribuição! E com as características que já citamos do mercado de trabalho brasileiro as pessoas conseguem fazer em média 9,1 contribuições a cada 12 meses, tornando necessário esperar 64,6 anos depois de iniciar a vida no trabalho para completar o correspondente a 49 anos de contribuições. Isso significa que alguém que tenha começado a trabalhar aos 16 anos de idade só conseguirá ter aposentadoria integral perto dos 81 anos.

O estudo teve como um de seus principais méritos detalhar os impactos da reforma trabalhista. Os pesquisadores assinalaram como consequências da reforma: a desconstrução de direitos, a desestruturação do mercado de trabalho, a fragilização dos sindicatos, a ampliação da vulnerabilidade, a deterioração das condições de vida e de saúde do trabalhador, o comprometimento do financiamento da seguridade social e a ampliação da desigualdade e da exclusão social. O sociólogo Ricardo Antunes diz “(...) na escravidão o trabalhador era vendido. Na terceirização, é alugado”. O autor aponta uma forma clara de nos rememorar o quanto nossa herança escravocrata perpetua até hoje na mentalidade mercantil dos empresários.

### **3. Conflitos entre o rural e urbano**

Nesse capítulo o autor ressalta que a estrutura da sociedade colonial ergueu-se independente dos meios urbanos. Entre 1851 e 1855 houve intensas reformas, dentre elas a fundação do Banco do Brasil, a inauguração da primeira linha telegráfica, a instituição do Banco Rural e Hipotecário e o incremento do tráfego nas estradas do país. Tal desenvolvimento esteve muito ligado ao término do tráfico negreiro, permitindo, de certa forma, a abertura para os interesses mercantis. Entretanto, pelo fato desta atividade ser bastante lucrativa, muitos senhores rurais eram contra a sua supressão e o receio do seu fim fez com que aumentasse o número de escravos exportados para o Brasil até 1850, mesmo que de maneira ilegal. Neste contexto de conflitos, e por mais paradoxal que pareça, houve um aproveitamento do capital oriundo do tráfico para abrir outro Banco do Brasil.

Nesse período havia uma incompatibilidade entre as visões de mundo tradicional e moderna. O Brasil não tinha uma estrutura econômica, política ou social para desenvolver a indústria e o comércio pois isto geraria um desequilíbrio social com o tradicionalismo familiar advindo da herança rural.

A obra demonstra que a vida da cidade se desenvolveu de forma desordenada e prematura, mostrando que foi uma necessidade do meio devido a Revolução Industrial que

precisava de mão de obra. Tal necessidade se dividiu entre os ex-escravos e os imigrantes. O sentimento de nobreza e a aversão ao trabalho físico saíram da Casa Grande e invadiram as cidades. Isto nos mostra o quanto foi difícil, durante a Independência, ultrapassar os limites políticos gerados pela colonização portuguesa.

## Ensaando uma análise comparativa e crítica II

Analisando os dias atuais, notamos que os interesses do homem rural predominam na cidade baseados nas suas práticas familiares de trocas de favores com o Estado. A revista Carta Capital em 19 de Abril de 2017 mostra em sua publicação a seguinte matéria:

Em janeiro, quando Alexandre de Moraes ainda estava à frente do Ministério da Justiça, a pasta publicou uma portaria a determinar a criação de um grupo chamado a analisar todos os processos administrativos da Fundação Nacional do Índio, a Funai. Oficialmente, o principal objetivo era “fornecer subsídios para a decisão do ministro sobre demarcações de terras indígenas” (...) A repercussão em torno da portaria evidencia algo já bastante conhecido por antropólogos e grupos que militam pela causa indígena no Brasil: a ofensiva ruralista sobre a demarcação de terras no País. Há algum tempo é considerável que os representantes do agronegócio tentem interferir nesse processo para manter privilégios de poderosos na agricultura, pecuária e no extrativismo. (...) Ao lado do general Franklimberg, Ribeiro de Freitas, mesmo preterido para a presidência do órgão, ganhou o cargo de diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável na Funai.

Segundo Ribeiro Freitas, acabou o período de assistencialismo na Funai. Para tanto, ele propõe que os povos tradicionais passem a figurar no sistema produtivo, incentivando a “*produção de alimentos e a colheita do extrativismo*”.

### 4. Tipos socioculturais: o semeador e o ladrilhador

Usando de metáforas para definir o português e o espanhol, o autor classifica o primeiro como o tipo semeador devido a sua colonização ter sido predominantemente rural. Os espanhóis seriam os ladrilhadores, ou seja, *experts* como construtores de cidades. O autor critica o desleixo dos portugueses para com a colônia, pois tal como um semeador, realizava suas tarefas sem uma organização eficiente. A colonização portuguesa se concentrou predominantemente na costa litorânea, já a colonização espanhola preferiu adentrar para as terras do interior e para os planaltos. Para tanto, os bandeirantes, juntamente com os espanhóis, tiveram uma grande participação na construção das metrópoles, na qual primaram inicialmente pelo desenvolvimento do roçado até chegar na descoberta do ouro. A partir daí as descobertas das minas trouxeram uma ordem social para as terras *brasilis*.

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

[www.joinbr.com.br](http://www.joinbr.com.br)

Com maior organização da Colônia, os portugueses apresentaram uma maior flexibilidade social. Havia um desejo de sua burguesia em se tornar parte da nobreza. Este povo não tinha orgulho de pertencer a determinada classe econômica, havia um interesse muito maior pelo *status* de serem nobres. Assim sendo, nasce uma nobreza que era mais preocupada com as aparências do que com a antiga tradição.

Nesse contexto, a Igreja desempenhava um papel que era o de “simples braço de poder secular, em um departamento da administração leiga”. Além disso, tratou dos aspectos da vida social e intelectual, tanto das colônias espanholas, como da portuguesa. Adotou a língua geral de São Paulo, que durante muitos séculos foi a língua dos índios, devido à forte presença da índia como matriarca da família e da aversão às virtudes econômicas, principalmente do comércio.

## 5. A cordialidade do povo brasileiro

Para Sérgio Buarque, o Estado não é uma ampliação do círculo familiar. Porém na história do Brasil tivemos entusiastas e romancistas que afirmavam que o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e o indivíduo cidadão. No que se refere ao trabalho houve muita dificuldade na transição da agricultura para a indústria devido a herança rural e patriarcal.

A crise que acompanhou a transição do trabalho agrícola para o industrial aponta as dificuldades que se opuseram à abolição da velha ordem familiar por outra. No Brasil, em que imperou desde tempos remotos o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização acarretou um desequilíbrio social cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade compreenderem a distinção fundamental entre os limites do privado e do público. O “homem cordial” foi o representante genuíno desta lógica. Agindo pelo coração e pelo sentimento, prefere as relações pessoais ao cumprimento de leis objetivas e imparciais. Além disso a polidez tornou-se um mecanismo de defesa ante a sociedade. O comportamento do “Homem Cordial” estabelece uma intimidade com os demais que chega a ser constrangedora. Ou seja, chamar qualquer um pelo primeiro nome, usar o sufixo “inho” para as mais diversas situações, considerar que todos são amigos em todos os lugares. Esta caracterização brasileira reverberará na vida política, de forma que a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos

de acordo com as suas capacidades próprias. Os homens públicos são formados no círculo doméstico, em que laços sentimentais e familiares são transportados para o ambiente do Estado e para outros ambientes sociais.

### **Ensaando uma análise comparativa e crítica III**

Na atualidade o Brasil pode ser entendido como um país em que mantém sua organização política imbricada por relações pessoais. Seus governantes se caracterizam como agentes personalistas, de forma que no Congresso a “ética burocrática” e a “ética pessoal” se misturam. A publicação da Carta Capital no dia 07 de abril de 2014 vem a nos ilustrar esta nossa herança cordial:

Os inúmeros possíveis atos de improbidade administrativa estão previstos na Lei n. 8.429/1992 e o seu conhecimento pela população é importantíssimo para o desenvolvimento da administração pública brasileira. O problema é que a população não conhece as normas, enxerga determinados comportamentos ilegais como normais, omite-se quando deveria denunciar ou se beneficia desses próprios comportamentos. A experiência recente deste autor na Prefeitura de Sobral (CE) mostrou que a Lei n. 8.429/1992 é descumprida com frequência. Fala-se aqui de um município de mais de 200 mil habitantes, um dos maiores e mais importantes do Ceará, cujo prefeito é irmão de um presidente, estando, portanto, sob os holofotes da mídia. Imagine o leitor, então, qual a situação em que devem se encontrar as centenas de municípios brasileiros com menos de 200 mil habitantes, que não recebem cobertura da imprensa. Não se fala, portanto, apenas da corrupção mais conhecida pela população, a de obter benefícios financeiros por meio da administração pública, mas também, conforme o art. 11, em “qualquer ação ou omissão que viole os deveres honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições”.

Diversas atitudes corriqueiras do administrador público brasileiro, como dar cargos a pessoas despreparadas apenas porque são parentes de políticos importantes ou de outros agentes estratégicos para apoiar o governo, são abarcadas pela lei de improbidade administrativa e podem levar até mesmo à perda de mandato. Entretanto, pouco tem sido posto em prática. Sem uma rigidez ao tratar do que é público, a sociedade fica à mercê dos interesses pessoais dos administradores que se valem do grande poder nas suas mãos para mantê-lo a qualquer custo e para facilitar os resultados buscados, que nem sempre se confundem com o que é melhor para a população.

## **6. O predomínio das práticas tradicionais**



Apesar do novo contexto histórico de autonomia e urbanização, o patriarcalismo e o espírito personalista continuavam a produzir efeitos na sociedade brasileira. A ideologia impessoal do liberalismo democrático não foi devidamente assimilada em nossa sociedade. Com relação ao conhecimento, os títulos acadêmicos serviam para exaltar a personalidade individual, e muitos dos que receberam diplomas de bacharel, não o utilizaram em sua vida prática. Desse modo, os intelectuais não conseguiram mudar a realidade da sociedade brasileira, nem erradicar o analfabetismo.

Devido à crise das velhas instituições agrárias, os membros das classes dominantes transitavam facilmente pelas profissões. A intelectualidade só serviu para o apego ao saber e para a manutenção de privilégios. As conquistas liberais não surtiram efeitos na vida da grande massa popular, na verdade, os movimentos de transformação no Brasil ocorreram sem a participação do povo. Buarque atesta que a democracia no Brasil não passou de um mal-entendido.

Para contextualizar o que foi exposto, trazemos uma publicação da Carta Capital de 24 de julho de 2013:

Uma variação do analfabetismo funcional parece estar presente no topo da pirâmide corporativa e na academia. Em uma longa série de entrevistas, nos últimos cinco anos, com diretores de grandes empresas locais, uma queixa revelou-se rotineira: falta a muitos profissionais da média gerência a capacidade de interpretar de forma sistemática situações de trabalho, relacionar devidamente causas e efeitos, encontrar soluções e comunicá-las de forma estruturada. Não se trata apenas de usar corretamente o vernáculo, mas de saber tratar informações e dados de maneira lógica e expressar ideias e proposições de forma inteligível, com começo, meio e fim. Na academia, o cenário não é menos preocupante. Colegas professores, com atuação em administração de empresas, frequentemente reclamam de pupilos incapazes de criar parágrafos coerentes e expressar suas ideias com clareza. A dificuldade afeta alunos de MBAs, mestrandos e mesmo doutorandos. Editores de periódicos científicos da mesma área frequentemente deploram a enorme quantidade de manuscritos vazios, herméticos e incoerentes recebidos para publicação. E frequentemente seus autores são pós-doutores!

## **7. A revolução que não está na veia**

O processo revolucionário brasileiro ocorreu de forma lenta e gradual. A Abolição dos escravos foi um acontecimento que provocou mudanças significativas. Primeiramente, o declínio dos centros de produção agrária, e segundo, a independência das cidades frente ao domínio rural. Nesse contexto, o café passou a ter preponderância com relação a cana, e as fazendas de café continuaram seguindo o modelo tradicional, já adotado pela lavoura açucareira que era o de unidades independentes.

Os proprietários rurais já na república substituíram o patriciado pela plutocracia, ou seja, ganharam espaço a influência do poder econômico e o domínio dos homens ricos. Segundo o autor, não se ambicionava o prestígio de país conquistador e detestava-se notoriamente as soluções violentas. Desejávamos ser o povo mais cordial e o mais comportado do mundo, de forma que não reconhecíamos nossas crises, procurando resolver as situações de forma superficial e fantasiosa.

Com a cordialidade, o brasileiro dificilmente chegaria a atos revolucionários. Historicamente predominou as orientações moralistas, de caráter integralista. Além do mais, segundo Sérgio Buarque, o povo tinha uma inclinação muito própria de desejar a autoridade civil, seja em qualquer espaço social. A tradição brasileira tem se orientado até hoje por estes anseios, impedindo que ideias mais inovadoras ou ideologias progressistas tenham espaço na sociedade.

#### **Ensaio uma análise comparativa e crítica IV**

A dificuldade que temos de reconhecer nossas crises, limita as práticas políticas a uma 'ciranda de ciclos' entre ditaduras (como tentativas de cristalização da ordem social) e lutas por uma democratização social. Encerramos legalmente a escravidão, assim com a predominância dos modos da vida rural, mas a mentalidade empresarial de perpetuar as relações servis continua na contemporaneidade. Na política a herança rural patriarcalista e personalista continua a dominar no Congresso, impedindo avanços que possibilitem o contínuo exercício da democracia. Buscando uma saída pela autoridade civil, faz-se necessário repensar não só a organização estrutural da política, mas a maneira como a sociedade civil interpreta a política e seus governantes. Ou seja, questionar o modo moralista e reacionário de fazer política, modo esse que só beneficia a permanência de um governo dos dominadores (elite), e adentrar pela análise investigativa de projetos políticos que tramitam nas 'Casas do Povo', por exemplo. Para melhor ilustrar esta nossa reflexão, um trecho de uma matéria da Carta Capital publicada em 26 de novembro de 2015:

O ano de 2015 foi marcado por manifestações pró e contra o governo e pelo reaparecimento de grupos minoritários, mas organizados, que pediam a volta do regime militar. Em todos os protestos havia um mote comum: o combate à corrupção e o desejo por uma moralização da política brasileira. Em entrevista a CartaCapital, Fernando Lattman-Weltman, professor de Ciência Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), alerta que o descontentamento da população com a política, aliado ao reaparecimento de uma direita conservadora e a uma busca incondicional por ética pode levar ao retorno dos "caçadores de marajás" e, até mesmo, a um retrocesso democrático.

Segundo ele, ao se dividir políticos e eleitores entre bons e maus, "se desqualifica o processo eleitoral e abre-se espaço para radicalizações.

Para o professor, a crise dos partidos de esquerda permitiu o reaparecimento forte das orientações de direita na opinião pública. Entretanto, consideramos esses movimentos sociais positivos devido aos mesmos permitirem a visibilidade da diversidade social, instigando uma possível preocupação da população com os rumos do país na busca da democracia.

### **Conclusão**

Levando em conta o período em que o livro foi escrito - Revolução de 30 e Estado Novo -, percebemos a preocupação de Sérgio Buarque em entender a identidade brasileira a partir da síntese da sociologia com a psicologia buscando por um regaste histórico as nossas heranças sociais e mentais. Reconhecemos que a obra foi-se construindo de forma a chegar ao conceito principal de homem cordial. O conceito em questão traça a ambiguidade do brasileiro desde o cotidiano até suas relações políticas no âmbito público.

Por termos as características de um homem cordial, adotamos comportamentos vagos e desprovidos de convicção, a ponto de o autor ressaltar que as revoluções brasileiras são lentas, levando até três séculos, como foi o caso da Abolição da Escravidão. E essa se configurou como apenas uma transferência da relação 'senhor e escravo' para a relação 'patrão e trabalhador', o que demonstra nossa falta de capacidade em avançar. Devido a todo o contexto brasileiro analisado, Sérgio Buarque conclui que a democracia no Brasil apresenta-se fragmentada, e por isso, demonstra um alto grau de fragilidade e vulnerabilidade. Apenas resolvemos os problemas trocando uma situação de servidão por outra mais moderna. Por fim, podemos perceber a riqueza conceitual da obra quando vemos a correlação dos anos de 1930 com o atual cenário de crise da democracia brasileira. Então nos questionamos, até quando iremos negar nossas crises e repetir a nossa história?

### **Referências Bibliográficas**

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso & Análise do Discurso*. Parábola Editorial: São Paulo, 2015.
- MARINGONI, Gilberto. A longa jornada dos direitos trabalhistas. *Desafios do Desenvolvimento*, São Paulo, Ano 10, Edição 76, fev. 2013.  
[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2909%3Acatid%3D28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909%3Acatid%3D28&Itemid=23). Acessado em 06 de julho de 2017.
- MOREIRA, Juvandia. Disponível em:  
<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/08/reforma-da-previdencia-prejudica-mais-as-mulheres-e-beneficia-os-bancos/> Acesso em 06 de julho de 2017.
- NUNES, Dimalice. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d> Acesso em 05 de julho de 2017.
- PELLEGRINI, Marcelo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-etica-por-si-so-nao-pode-ser-uma-plataforma-eleitoral-3449.html> Acesso em 06 de julho de 2017.
- REDAÇÃO. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-dossie-pesquisadores-detalham-os-impactos-da-reforma-trabalhista> Acesso em 06 de julho de 2017.
- TRUFFI, Renan. Disponível em:  
<https://www.cartacapital.com.br/revista/948/na-era-temer-todo-o-poder-aos-ruralistas> Acesso em 05 de julho de 2017
- VILLAS-BÔAS, Marcos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/quase-todos-os-politicos-brasileiros-cometem-ilegalidades-diariamente>  
Acesso em 30 junho de 2017.
- WOOD JR, Thomas. Disponível em:  
<https://www.cartacapital.com.br/revista/758/analfabetismo-funcional-6202.html> Acesso em 05 de julho de 2017